

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

2019

ANEXO I

METAS FISCAIS

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES – RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	6,29%	3,92%	4,16%	4,12%	4,03%	3,89%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	0,53%	1,47%	2,55%	2,62%	2,60%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,24%	-2,99%	-1,39%	-0,38%	-1,59%	-1,12%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	16,17%	17,45%	0,00%	11,21%	9,55%	6,92%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	21,02%	19,22%	5,90%	15,38%	13,50%	11,59%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	14,61%	-7,76%	-13,94%	-2,36%	-8,02%	-8,11%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	12,84%	1,35%	5,62%	6,60%	4,52%	5,58%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	5,65%	4,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	5,65%	4,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	10,18%	6,55%	7,36%	8,19%	8,24%
Taxa de Câmbio	3,35	3,29	3,63	3,69	3,67	3,72

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)						
Dívida Mobiliária	2.104.497,89	2.470.688,31	2.433.197,92	2.336.128,04	2.413.338,09	2.394.221,35
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	-	-	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	520.023,34	628.801,36	1.968.903,68	1.039.242,79	1.212.315,94	1.406.820,81
Disponibilidade da Caixa Bruta	825.198,55	1.264.021,69	2.463.645,32	1.517.621,85	1.748.429,62	1.909.898,93
(-) Restos a Pagar Processados	353.854,31	691.825,87	557.970,54	534.550,24	594.782,22	562.434,33
Demais Haveres Financeiros	48.679,10	56.605,54	63.228,90	56.171,18	58.668,54	59.356,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	1.584.474,55	1.841.886,95	464.294,24	1.296.885,25	1.201.022,15	987.400,54

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida						
Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	261.769,95	428.230,05	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	586.329,77	445.072,63	230.509,86	484.658,09	504.189,81	523.802,80

Dívida Pública Consolidada - É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)	2019										2020				2021						
	Valor Corrente (a)		Valor Constante	% PIB		% RCL		Valor Corrente (b)		Valor Constante	% PIB		% RCL		Valor Corrente (c)		Valor Constante	PIB		% RCL	
				(a / x 100)	(a / x 100)	(a / RCL)	(a / RCL)				(b / x 100)	(b / x 100)	(b / RCL)	(b / RCL)							
																				Item 02.01.02.01 da 8ª Edição do MDF	
ESPECIFICAÇÃO																					
Receita Total	23.130.668,26	22.215.394,03		124,71%		23.784.348,07	21.958.288,86		125,91%		24.683.228,58	21.934.890,00		126,48%							
Receitas Primárias (I)	20.417.912,30	19.609.981,08		110,08%		20.888.329,55	19.284.614,10		110,68%		21.596.329,42	19.191.699,69		110,67%							
Despesa Total	22.027.634,35	21.156.006,87		118,76%		23.638.981,19	21.824.082,62		125,14%		24.683.228,58	21.934.890,00		126,48%							
Despesas Primárias (II)	21.542.976,26	20.690.526,56		116,15%		23.134.791,37	21.358.602,32		122,48%		24.648.169,68	21.903.734,71		126,31%							
Resultado Primário (I - II)	- 1.125.063,95	- 1.080.545,48		-6,07%		- 2.246.461,82	- 2.073.988,22		-11,89%		- 3.051.840,26	- 2.712.035,02		-15,64%							
Resultado Nominal	- 1.125.063,95	- 1.080.545,48		-6,07%		- 2.246.461,82	- 2.073.988,22		-11,89%		- 3.051.840,26	- 2.712.035,02		-15,64%							
Divida Publica Consolidada	2.336.128,04	2.243.688,09		125,9%		2.413.338,09	2.228.052,45		127,8%		2.394.221,35	2.127.638,28		122,7%							
Divida Consolidada Liquida	1.296.885,25	1.245.567,85		6,99%		1.201.022,15	1.108.812,87		6,36%		987.400,54	877.459,05		5,06%							
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%		-	-		0,00%		-	-		0,00%							
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%		-	-		0,00%		-	-		0,00%							
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%		-	-		0,00%		-	-		0,00%							

Impacto do Saldo das PPF (VI) = (V) - (V)

Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Financeiras e o Resultado Líquido. O Demonstrativo de Metas Anuais deverá atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender às seguintes necessidades:

1. Excluir as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos bancários, etc.) e as despesas com o capital próprio da entidade.

1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;

1 - as receitas primárias correspondentes a empréstimos e operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permitidos e as despesas com concessão de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de

2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisições de ativos não financeiros e outros investimentos.

empréstimos com retorno garantido.

— o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciado no balanço patrimonial; os juros ativos e passivos representado a diferença entre o empréstimo contratado e o pagamento de juros.

4 - o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado secundário em 31 de dezembro do ano anterior;

previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou programas de financiamento do ente da Federação, não sendo considerado como receita ou despesa financeira.

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente ou do Estado, em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido constatadas como recebíveis no prazo superior a doze meses, inclusive.

tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses e não pagas durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídas; os recursos recebidos dos Restos a Pagar Processados;

o pagamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2006 e não pagos durante o exercício financeiro em que foram devidos; dos valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar e recebíveis;

6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde a dívida punica consolidada, de acordo com o seguinte:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas



1.9.0.00.0.0.00.00	Demais Receitas Correntes	157.470,93	309.461,83	230.004,48	300.000,00	318.428,32	331.260,98	344.147,03
1.9.0.00.0.0.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.00.0.0.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.00.0.0.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.11.0.00.00.00	Encargos Legais pela inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	134.186,73	255.267,68	230.004,48	300.000,00	296.788,29	308.748,85	320.759,19
1.9.0.12.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.52.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	23.284,20	54.194,15	-	-	21.640,03	22.512,12	23.387,84
1.9.0.52.0.00.00.00	Receitas de Capital	572.830,49	677.956,12	1.133.980,28	1.309.183,08	922.067,46	978.379,24	1.036.701,12
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	-	20.500,00	377.500,00	191.900,00	219.376,05	228.216,91	237.094,55
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	572.830,49	395.686,17	328.250,23	1.117.283,08	702.691,41	750.162,33	799.606,58
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	572.830,49	395.686,17	328.250,23	1.117.283,08	702.691,41	750.162,33	799.606,58
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	804.459,83	857.452,16	1.217.933,23	1.075.844,14	1.184.338,28	1.212.518,32	1.245.590,80
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	2.255.382,06	2.581.784,97	2.519.770,73	2.440.657,77	2.859.440,54	2.905.653,82	2.974.770,00
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	(2.255.382,06)	(2.581.784,97)	(2.493.748,18)	(2.440.657,77)	(2.849.664,50)	(2.895.483,81)	(2.964.204,38)
2.0.0.0.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.0.0.00.00.00	TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	17.137.077,77	21.611.264,14	21.604.645,40	21.785.202,80	24.315.006,54	24.996.866,39	25.928.819,38

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

Valores em R\$ 1,00

[illegible]

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Estimativas para a Receita Corrente Líquida

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	21.772.502,62	21.840.833,35	25.068.041,34	25.711.622,65	26.621.297,46
II - DEDUÇÕES	5.491.932,52	5.159.550,58	6.519.875,75	6.836.884,62	7.189.842,86
IRRF s/Rendimentos do Trabalho	335.979,82	307.635,20	434.129,79	512.592,14	594.266,28
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	457.990,12	425.162,50	585.499,72	599.431,04	615.781,04
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	2.178.191,85	1.986.095,11	2.640.805,71	2.819.207,61	3.005.025,53
Deduções da Receita Corrente	2.519.770,73	2.440.657,77	2.859.440,54	2.905.653,82	2.974.770,00
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	14.584,37	83.304,93
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	16.280.570,10	16.681.282,77	18.548.165,58	18.889.322,40	19.514.759,53

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO

	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	10.016.009,42	10.200.234,10	10.537.970,15
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	9.515.208,95	9.690.222,39	10.011.071,64
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	9.014.408,47	9.180.210,69	9.484.173,13

PODER LEGISLATIVO

	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.112.889,94	1.133.359,34	1.170.885,57
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.057.245,44	1.076.691,38	1.112.341,29
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.001.600,94	1.020.023,41	1.053.797,01

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de

aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2019

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	% RCL	% RCL	Variação	
								Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100 %
Receita Total	17.998.642,17		110,55%	21.604.645,40		132,70%		3.606.003,23	20,03%
Receita Primárias (I)	17.998.642,17		110,55%	18.540.656,60		113,88%		542.014,43	3,01%
Despesa Total	17.998.642,17		110,55%	17.801.153,50		109,34%		197.488,67	-1,10%
Despesa Primárias (II)	17.998.642,17		110,55%	17.071.854,26		104,86%		926.787,91	-5,15%
Resultado Primário (I-II)	-		0,00%	1.468.802,34		9,02%		1.468.802,34	-
Resultado Nominal	-		0,00%			0,00%		-	-
Dívida Pública Consolidada	1.841.886,95		11,31%	2.470.688,31		15,18%		628.801,36	34,14%
Dívida Consolidada Líquida	1.841.886,95		11,31%	1.841.886,95		11,31%		-	0,00%

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2019

R\$ 1,00

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)											
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	16.440.043,28	17.998.642,17	9,48%	23.244.015,90	29,14%	23.130.668,26	-0,49%	23.784.348,07	2,83%	24.683.228,58	3,78%
Receitas Primárias (I)	18.687.729,49	17.998.642,17	-3,69%	23.244.015,90	29,14%	20.417.912,30	-12,16%	20.888.329,55	2,30%	21.596.329,42	3,39%
Despesa Total	16.440.043,28	17.998.642,17	9,48%	23.244.015,90	29,14%	22.027.634,35	-5,23%	23.638.981,19	7,32%	24.683.228,58	4,42%
Despesas Primárias (II)	16.440.043,28	17.998.642,17	9,48%	23.244.015,90	29,14%	21.542.976,26	-7,32%	23.134.791,37	7,39%	24.648.169,68	6,54%
Resultado Primário (I – II)	2.247.686,21	-	-100,00%	-	0	1.125.063,95	0	2.246.461,82	99,67%	3.051.840,26	35,85%
Resultado Nominal	26.535,42	-	-100,00%	-	0	1.125.063,95	0	2.246.461,82	99,67%	3.051.840,26	35,85%
Dívida Pública Consolidada	2.104.497,89	1.841.886,95	-12,48%	2.433.197,92	32,10%	2.336.128,04	-3,99%	2.413.338,09	3,31%	2.394.221,35	-0,79%
Dívida Consolidada Líquida	1.584.474,55	1.841.886,95	16,25%	464.294,24	-74,79%	1.296.885,25	179,32%	1.201.022,15	-7,39%	987.400,54	-17,79%
											R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	17.795.207,88	18.747.385,68	5,35%	23.244.015,90	23,99%	22.215.394,03	-4,43%	21.958.288,86	-1,16%	21.934.890,00	-0,11%
Receitas Primárias (I)	20.228.172,49	18.747.385,68	-7,32%	23.244.015,90	23,99%	19.609.981,08	-15,63%	19.284.614,10	-1,66%	19.191.699,69	-0,48%
Despesa Total	17.795.207,88	18.747.385,68	5,35%	23.244.015,90	23,99%	21.156.006,87	-8,98%	21.824.082,62	3,16%	21.934.890,00	0,51%
Despesas Primárias (II)	17.795.207,88	18.747.385,68	5,35%	23.244.015,90	23,99%	20.690.526,56	-10,99%	21.358.602,32	3,23%	21.903.734,71	2,55%
Resultado Primário (I - II)	2.432.964,60	-	-100,00%	-	-	1.080.545,48	-	2.073.988,22	91,94%	-	30,76%
Resultado Nomina	28.722,75	-	-100,00%	-	-	1.080.545,48	-	2.073.988,22	91,94%	-	30,76%
Dívida Pública Consolidada	2.277.973,17	1.918.509,45	-15,78%	2.433.197,92	26,83%	2.243.688,09	-7,79%	2.228.052,45	-0,70%	2.127.638,28	-4,51%
Dívida Consolidada Líquida	1.715.083,93	1.918.509,45	11,86%	464.294,24	-75,80%	1.245.567,85	168,27%	1.108.812,87	-10,98%	877.459,05	-20,87%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015		-	27.000,00
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (II)	377.500,00	20.500,00	-
Alienação de Bens Móveis	377.500,00	20.500,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	46.011,81	20.500,00	27.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	46.011,81	20.500,00	27.000,00
Investimentos	46.011,81	20.500,00	27.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
Valor (III)	331.488,19	-	-

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)		2019			2020			2021			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100		
Receita Total RPPS	4.410.643,71	4.236.115,74		4.631.156,97	4.275.596,80		4.866.397,37	4.324.551,42			
Receitas Primárias RPPS											
(I) Despesa Total RPPS	1.769.838,00	1.699.806,00		1.811.949,36	1.672.835,74		1.861.371,85	1.654.118,57			
Despesas Primárias RPPS	320.863,59	308.167,11		336.906,77	311.040,53		353.752,11	314.363,80			
(II) Resultado Primário RPPS	320.863,59	308.167,11		336.906,77	311.040,53		353.752,11	314.363,80			
(I - II)	1.448.974,41	1.391.638,89		1.475.042,59	1.361.795,21		1.507.619,74	1.339.754,76			
			Preenchimento Opicional Cfe 8º Edição do MDF			Preenchimento Opicional Cfe 8º Edição do MDF			Preenchimento Opicional Cfe 8º Edição do MDF		

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 2.740.743,70	R\$ 4.120.224,32	R\$ 1.652.197,49
Receita de Contribuições dos Segurados	R\$ 457.990,12	R\$ 656.086,85	R\$ 372.450,76
Civil	R\$ 457.990,12	R\$ 656.086,85	R\$ 372.450,76
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais		R\$ 857.452,16	
Civil		R\$ 665.206,56	
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos		R\$ 192.245,60	
Receita Patrimonial	R\$ 2.282.753,58	R\$ 2.606.685,31	R\$ 1.279.746,73
Receitas Imobiliárias	R\$ 755,00	R\$ 5.010,25	
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ 2.281.998,58	R\$ 2.601.675,06	R\$ 1.279.746,73
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	R\$ 2.740.743,70	R\$ 4.120.224,32	R\$ 1.652.197,49
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)	132879,66	R\$ 172.616,23	R\$ 497.256,02
Despesas Correntes	132879,66	R\$ 172.616,23	
Despesas de Capital			R\$ 497.256,02
PREVIDÊNCIA (V)	778506,27	R\$ 631.568,02	
Benefícios - Civil	778506,27	R\$ 631.568,02	
Aposentadorias	589877,59	R\$ 439.455,77	
Pensões	184147,16	R\$ 192.112,25	
Outros Benefícios Previdenciários	4481,52		
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	911385,93	R\$ 804.180,25	R\$ 497.256,02
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	R\$ 1.829.357,77	R\$ 3.316.044,07	R\$ 1.154.941,47
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR		R\$ 653.504,35	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
2017	2642614,00	909818,00	1732796,00	1732796,00
2018	2324767,26	1138980,96	1185786,30	3022550,06
2019	2328624,93	1164598,73	1163926,20	4327829,26
2020	2344055,59	1267569,81	1076485,78	5706384,79
2021	2355628,58	1344723,12	1010905,46	7059673,35
2022	2367201,58	1421876,43	945325,15	8428578,90
2023	2374916,91	1473311,97	901604,94	9835898,58
2024	2390347,57	1576183,05	814164,52	11240217,01

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4, § 2, inciso V)						
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	Isenção	codigo	31.079,51	32.332,01	33.589,73	Vide Obsevação abaixo
		tributario	-	-	-	
		municipal	-	-	-	
		TituloVIII Cap	-	-	-	
		1 art 105	-	-	-	
TOTAL			31.079,51	32.332,01	33.589,73	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2020 e 2021, foram calculados a partir dos valores de 2019, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 4,03%

Inflação para 2021: 3,89%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	662.998,02
Decorrente de Receitas Tributárias	163.097,95
Decorrente de Transferências Correntes	499.900,07
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(194.714,92)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	468.283,10
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	468.283,10
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	129.229,23
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(230.684,85)
Relativas a Outras Despesas Correntes	359.914,08
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	339.053,87

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.